

## DA RIO 92 À RIO+20: A REVISTA *EXAME* E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA SUSTENTABILIDADE

Elisa Yoshie Ichikawa (Brasil)

Alexandre de Pádua Carrieri (Brasil).<sup>1</sup>

### Resumo.

Neste trabalho temos o objetivo de compreender como o termo "sustentabilidade" se institucionalizou, a partir das publicações a respeito do tema na mídia de negócios no Brasil, no período de 1992 a 2012. Para tanto, discutimos, em primeiro lugar, conceitos ligados à Teoria Neoinstitucional, para mostrar como acontecem os processos de institucionalização no âmbito organizacional. Em seguida, apresentamos os caminhos percorridos para a consecução da pesquisa, que foi realizada a partir da coleta de dados em reportagens da revista *Exame* e analisados à luz da análise de discurso francesa. Os resultados mostram que durante os 20 anos investigados, houve dois significados de sustentabilidade defendidos pela *Exame* e que o seu processo de institucionalização se deu a partir de traduções e edições feitas por ela que aconteceram ao longo do tempo. Finalmente, cabe dizer que fica clara a tentativa de *Exame* de ocupar o papel, no campo organizacional, daquele que espalha boas práticas de sustentabilidade.

### Palavras-chave.

institucionalização, Teoria Neoinstitucional, sustentabilidade, revista *Exame*, análise de discurso.

### ABSTRACT

Current research deals with the institutionalization of the term 'sustainability' employed in business media magazines in Brazil between 1992 and 2012. Concepts linked to the New Institutional Theory are discussed on the manner institutionalization processes occur within the organizational milieu. Further, research for data collection from the magazine *Exame* was described with regard its reports analyzed by French Discourse Analysis. Results show that within the space of twenty years there were two meanings of sustainability defended by *Exame* and that the institutionalization process occurred by translations and in editions done by the same magazine during the same period. It should be underscored that the magazine *Exame* endeavored to understand its role by spreading good sustainability practice within the organizational field.

### KEYWORDS

Institutionalization, New Institutional Theory, sustainability, *Exame*, discourse analysis.

## 1 INTRODUÇÃO

O conceito de sustentabilidade começou a tomar força em todo o mundo a partir da definição de desenvolvimento sustentável realizada pela WCED (*World Commission on Environment and Development*), na década de 80 do século passado. Naquela época, o Ocidente já começava a enfrentar uma profunda crise que abalaria os seus principais alicerces: o consumo, a abundância, a mobilidade social baseada no trabalho e a própria noção de emprego.

Desta forma, a partir dessa época, as atenções se voltam para o termo "desenvolvimento sustentável", que tem como uma de suas premissas fundamentais o reconhecimento da "insustentabilidade" ou inadequação econômica, social e ambiental do padrão de desenvolvimento das sociedades contemporâneas. Esta noção nasce da compreensão da finitude dos recursos naturais e das injustiças sociais provocadas pelo modelo de desenvolvimento vigente na maioria dos países (Almeida, 1997, p. 21).

Assim, o termo desenvolvimento sustentável surge na década de 1980 e é consagrado em 1987 pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente – CMMA – conhecida como Comissão Brundtland, que produziu um relatório considerado básico para a definição desta noção e dos princípios que lhe dão fundamento. No relatório Brundtland, o desenvolvimento sustentável é entendido como aquele que atende "às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas" (CMMA, 1991, p. 9).

Dessa época para cá, muita discussão foi realizada para "colocar esse conceito em prática". Alguns autores criticam o quanto o conceito da Comissão Brundtland é vago e ambíguo (Mebratu, 1998; Pesqueux, 2009). Mas que mesmo assim, na visão de Mebratu (1998), tem servido para aumentar significativamente as políticas de desenvolvimento internacionais, nacionais e também na operacionalização dos negócios empresariais.

Essa breve contextualização mostra o quanto não há um único olhar quando se fala em desenvolvimento sustentável e sustentabilidade. Embora haja vasta literatura acadêmica sobre o termo, não há consenso a respeito, sendo que alguns textos defendem a existência e a

possibilidade de organizações que praticam a sustentabilidade (Gladwin, Kennelly & Krause, 1995) e outros que têm um olhar cético para essa possibilidade (Fegus & Rowney, 2005; Pesqueux, 2009). Se o olhar recair para a literatura basicamente empresarial, ou seja, para a mídia de negócios, talvez não haja tanta polêmica assim, uma vez que termos como empresas sustentáveis têm sido cada vez mais comuns, e normalmente ligados a outros conceitos como gestão ambiental, selo verde, reciclagem, entre outros.

Desta forma, ressaltamos que a mídia de negócios é uma fonte que acaba por institucionalizar muitos dos conceitos que adentram de quando em quando o vocabulário organizacional. A mídia de negócios acaba por ser um importante meio de institucionalização de certas ideias, porque têm o poder de divulgar, consolidar e legitimar os conceitos para as plateias em geral, uma vez que ela produz sentidos, já que é uma construção social.

Desta forma, baseados no que foi colocado até então, tivemos a intenção de entender como - a partir do marco que foi para o Brasil a Rio 92 - o termo originado pelo relatório Brundtland (desenvolvimento sustentável) ganhou sentido, mudou e se institucionalizou ao longo do tempo. Na investigação proposta temos por objetivo, portanto, compreender como o termo "sustentabilidade" se institucionalizou, a partir das publicações a respeito do tema na mídia de negócios no Brasil, no período de 1992 a 2012.

## **2 OS PROCESSOS DE INSTITUCIONALIZAÇÃO**

Iremos discutir neste momento questões ligadas à Teoria Neoinstitucional, uma vez que ela tem poder explicativo para possibilitar o alcance do nosso objetivo. Afinal, segundo Jepperson (1991), uma instituição é valor, ao mesmo tempo em que é ordem, reprodução de práticas e consequência da interação social, algo ativado pela repetição e construído e controlado socialmente. Podemos deduzir, portanto, por essa colocação, que a mídia de negócios tem um papel muito grande quando se fala em processos de institucionalização, uma vez que a divulgação de certas ideias pode acabar sendo legitimada por sua ativação repetida ao longo do tempo.

Friedland e Alford (1991) defendem que instituições possuem como o centro de sua lógica a construção de símbolos e de práticas objetivas, que acabam constituindo os princípios da ação

social. Os autores citam a lógica institucional do capitalismo, que é acúmulo; a lógica do Estado, que é a regulação da atividade humana a partir de hierarquias legais e burocráticas; a da família, que é a comunidade e a lealdade; a da religião e da ciência, que é a construção simbólica da realidade e da verdade em que ocorre a ação humana. Para os autores, essas lógicas institucionais são baseadas em símbolos, estruturadas de forma organizacional, defendidas politicamente e impostas de forma técnica e material com limites históricos.

Em termos organizacionais, a dinâmica institucional se dá naquilo que é chamado na literatura por campos organizacionais. Estes campos, segundo DiMaggio e Powell (1983), são ambientes formados por empresas, profissionais, agentes de governo e outros atores que têm em comum estruturas, significados, percepções sobre o que os cerca. São sistemas compartilhados de significados formados por organizações e atores com alto grau de interação.

Os teóricos do neoinstitucionalismo partem da premissa de que as organizações, por estarem inseridas nesses campos, se inter-relacionam. Neste sentido, autores como Greenwood *et al.* (2002) discorrem sobre as influências das redes sociais e do contexto institucional nas estruturas das organizações e explicam, inclusive, o papel dos "mitos racionalizados", ou seja, o entendimento comum – criado por interação social - no modo como as decisões são tomadas nas organizações.

Greenwood *et al.* (2008) explicam que durante a década de 1970, os neoinstitucionalistas estudavam o papel dos mitos racionalizados como resposta às pressões ambientais. Partia-se, na época, das ideias de Weber, em contraposição aos positivistas racionalistas. Nesse período, estudos seminais como os de DiMaggio e Powell (1983) e Meyer e Rowan (1977) abordavam as pressões institucionais que afetam as organizações, em especial aquelas em ambientes incertos, ou temas como o isomorfismo institucional.

Nas décadas de 1980 e 1990, novas perspectivas são analisadas e outras correntes de estudos passam a influenciar mais diretamente as pesquisas. Faltava, porém analisar o papel político das instituições. Havia a necessidade de estudar como o poder surge nas instituições e quais as consequências disso. Os pesquisadores dos anos 2000 tentam responder a estas perguntas, embora com o foco em aspectos cognitivos dos atores sociais (Greenwood, Oliver, Sahlin & Suddaby, 2008). Em termos de estudos recentes, Zilber (2008) ainda destaca que eles têm

dado ênfase em como a institucionalização ocorre em relação ao seu sistema de significados, ou seja, os pesquisadores estudam agora particularidades dos processos de institucionalização e a importância de significados específicos ao explicar também microprocessos de (des)institucionalização.

Assim, desta breve exposição, notamos que o neoinstitucionalismo partiu de uma abordagem mais racionalista para estudos de contextos sociais e históricos mais amplos, além de tentar detalhar mais as explicações sobre os processos institucionais. Embora sejam diferentes entre si, o que liga todos esses estudos é a preocupação de tentar explicar por que e com quais consequências as organizações e a sociedade carregam certos arranjos estruturais (Dimaggio & Powell, 1983; Scott, 2001; Greenwood, Oliver, Sahlin & Suddaby, 2008).

O que ocorre frequentemente é o fato das organizações serem levadas a incorporar práticas definidas como as desejáveis pela sociedade. Este processo é conhecido pelos neoinstitucionalistas como isomorfismo. As organizações sentem necessidade de legitimarem-se perante si e perante a sociedade. Para tanto, precisam que haja a percepção generalizada de que certas ações são desejadas ou apropriadas para determinado sistema socialmente construído de normas, valores e crenças. Para alcançar essa legitimidade, as práticas mais comuns são copiadas, ou seja, aquelas que aparentemente têm o suporte social. Quanto mais adotantes da prática e mais tempo ela perdurar, mais aceita e legitimada é (Meyer & Rowan, 1977).

Com base nessa lógica, é natural pensarmos que as organizações se tornam semelhantes, pois adotam práticas similares. Essa adoção não é devido apenas a uma coerção externa, mas é resultado de uma construção social. DiMaggio e Powell (1983) afirmam que é por meio das instituições que as organizações influenciam e são influenciadas pelo ambiente em que estão inseridas, e tendem a se tornar isomórficas com o tempo. Segundo os autores, é natural que as organizações tornem-se parecidas por causa de interdependências técnicas, de regulação governamental ou por meio de estímulos cultural-cognitivos.

O que se quer dizer é que esse isomorfismo também ocorre por conta do poder de regulação, do poder normativo e também pela aceitação social (Dimaggio & Powell, 1983; Scott, 2001). Esse processo de isomorfismo, no entanto, não é automático. Os estudos neoinstitucionalistas acabaram adicionando novos conceitos a essa teoria, como os de o teorização, tradução e

edição. A teorização normalmente ocorre com a ajuda da ciência, que é uma das instituições modernas mais utilizadas para legitimar qualquer prática. Greenwood *et al.* (2002) afirmam que quando uma nova prática passa pelo processo de teorização, ela é legitimada pela instituição ciência, ela ganha o *status* de "verdade".

Greenwood *et al.* (2008), no entanto, defendem que a transmissão dessas "verdades" sofrem um processo de reformulação. Ou seja, elas são interpretadas - é o conceito de tradução. Isso implica em transformar as ideias teorizadas de forma acidental ou mesmo deliberada em seu processo de transferência. O que se quer dizer é que as organizações simplesmente não se conformam às demandas institucionais, mas se adaptam a elas. Não há, desta forma, uma simples mimese de práticas, mas uma transformação das mesmas para contextos específicos, através de sua significação para os atores. Hardy e Maguire (2008) enfatizam que os atores são interpretadores ativos daquilo que foi teorizado, e mais, negociam significados com aqueles que os criaram. De certa forma, com suas traduções, esses atores dão suporte às posições sociais que defendem, ao mesmo tempo em que constroem as dos seus oponentes.

A edição seria, portanto, o processo da tradução. Segundo Sahlin e Wedlin (2008) seria como co-construir ideias, ao reformulá-las em diferentes contextos. Cada contexto tem suas próprias pressões e regras, e as reformas devem conter elementos familiares para serem aceitas por quem as recebe. É um contínuo processo de negociação, e se dá certo, acaba tornando-se um mito racionalizado. A edição pode mudar o foco e o significado do que é passado, algumas ideias são transformadas, mas outras permanecem as mesmas enquanto circulam pelo campo.

Nesta breve revisão teórica mostramos que diferentes autores estudam de formas diferentes o tema das instituições e dos processos de institucionalização: alguns estudiosos analisam as instituições como formadoras da sociedade; outros em como os indivíduos são moldados por elas; outros ainda as tratam como sistemas simbólicos (regras e esquemas sociais) que formam e balizam a vida social.

Esta investigação é um misto dessas formas de analisar o institucionalismo. Quando falamos em sustentabilidade, empresas sustentáveis ou sociedade sustentável, pouca atenção damos ao fato de que esse termo teve uma origem e que houve uma dinâmica grande desde essa origem até os dias atuais. Será que sustentabilidade é um conceito institucionalizado? Com quais significados? E mais importante, como ocorreu esse processo de institucionalização, a partir

da publicação sobre o tema na mídia de negócios no Brasil? É sobre isso que trabalhamos nesta investigação.

### 3 OS CAMINHOS PERCORRIDOS PARA REALIZAR A PESQUISA

Delineadas as principais bases teóricas deste trabalho, neste momento é importante apresentarmos como a pesquisa em si foi construída. Os dados foram coletados basicamente a partir de fontes documentais. Optamos por coletar dados da revista *Exame*, da Editora Abril. Um dos critérios para a escolha da revista foi por causa do recorte temporal da investigação, vinte anos, da Rio 92 à Rio+20. Por ser uma das revistas da mídia de negócios mais antigas do Brasil - que cobre esse recorte de tempo - e por refletir o discurso hegemônico do meio empresarial, é que ela foi a escolhida.

A coleta dos dados em si aconteceu da seguinte maneira: as revistas eram folheadas, e sabíamos que, de início, não haveria matérias sobre "sustentabilidade", uma vez que essa palavra nem era utilizada em 1992. Desta forma, fomos destacando e fotocopiando (ou imprimindo) todas as reportagens que fizessem alusão a "desenvolvimento sustentável", "meio ambiente", "ecologia", "gestão ambiental", entre outras palavras e, por fim, também "sustentabilidade".

Escolhemos três tipos de matérias para comporem o *corpus* de pesquisa: matérias de capa; matérias referenciadas e notas. As matérias de capa são matérias ou conjuntos de "matérias mais longas, com maior detalhamento das informações e destacadas no índice como centrais na edição em questão" (Diniz, 2012, p. 73). As matérias referenciadas são matérias também longas, com bom nível de detalhamento, também destacadas no índice, embora não constem como o destaque principal daquela edição. Finalmente, as notas são matérias curtas presentes em seções fixas, que podem ou não ser destacadas no índice (Diniz, 2012). Na pesquisa realizada, compõem o *corpus* da investigação 4 matérias de capa, 24 matérias referenciadas e 74 notas. Nas edições pesquisadas, as seções fixas foram: "Brasil", "Negócios", "Curtas", "Gestão", "Negócios Globais" e "Sustentabilidade" (esta última teve início a partir de 2008).

Após a seleção das reportagens, partimos para a leitura acurada das mesmas. A intenção, nesse momento, era sentir se ao longo de vinte anos de discussões, o tema da sustentabilidade havia mudado, quais tons haviam prevalecido e se havia como identificar padrões de significado ao longo desse tempo.

Para uma interpretação mais detalhada do *corpus* da pesquisa, utilizamos a análise de discurso de linha francesa. Essa linha de análise de discurso (AD), segundo Brandão (2012), trabalha não só com o contexto imediato da situação de comunicação, ultrapassando o nível puramente gramatical e busca elementos históricos, sociais e ideológicos que estão refletidos e refratados na produção de um discurso. Isso não significa deixar de lado os elementos sintáticos que são importantes para uma análise linguística, mas trabalhar com a AD de linha francesa requer, além dessa noção, o domínio de outras três, que são básicas: a de condições de produção, a de formação ideológica e a de formação discursiva.

#### **4 OS SIGNIFICADOS DA SUSTENTABILIDADE PARA A REVISTA *EXAME***

A partir deste momento iremos fazer uma breve apresentação de reportagens que ilustram os significados que sustentabilidade teve ao longo dos 20 anos de pesquisa realizado. Por conta do espaço reservado para a escrita de um artigo científico, destacaremos apenas algumas das reportagens analisadas. Encontramos dois sentidos proeminentes nesses discursos: em primeiro lugar, foram de "críticas à sustentabilidade" e em segundo, "trabalhando em prol da sustentabilidade".

##### **4.1 Críticas à sustentabilidade**

A revista *Exame*, de início, tinha grande resistência a tudo o que dizia respeito ao meio ambiente. Por exemplo, a reportagem da Edição 508 de 24 de junho de 1992, intitulada "A tragédia e a farsa do meio ambiente" produz o sentido de que a preocupação ambiental é uma dissimulação:

(001) Os grandes eventos históricos, como dizia Karl Marx, ocorrem duas vezes - a primeira como tragédia, a segunda como farsa. O mesmo parece estar acontecendo agora com o socialismo. Tendo fracassado quase universalmente como economia, o socialismo está emergindo novamente, agora como ambientalismo. De modo geral, um programa anticapitalista, se não abertamente socialista, tem sido um subtema do movimento ambientalista durante quase quatro décadas.

(002) O original *Os Limites do Crescimento* apareceu no auge da crise do petróleo, nos anos 70, quando por algum tempo os acontecimentos pareciam confirmar o conteúdo do livro: o mundo estava rapidamente esgotando seus



recursos naturais. O fato é que ninguém estava esgotando nada. Até os economistas esqueceram que só se pode esgotar produtos pela arma do preço e, uma vez que os preços extrapolem o telhado da casa, oferta e procura voltam a equilibrar-se.

(003) Entre 1970 e 1985 a percentagem de pessoas que viviam na pobreza em países em desenvolvimento caiu de 52% para 44%, por causa da industrialização. Isso não foi apesar da industrialização, mas por causa dela. E como os sociais-ambientalistas lidam com essa sólida e incontestável verdade sobre o capitalismo?

Poucas vezes, na coleta realizada, a *Exame* se mostrou tão combativa em seus discursos. Para a instância enunciativa, o ambientalismo vai contra a ideologia vigente capitalista e o percurso semântico é da defesa do crescimento econômico e do capitalismo. Essa defesa fica mais explícita ainda no fragmento 003, em que o enunciador mostra, com números, o quanto a industrialização ajudou a minimizar a pobreza nos países em desenvolvimento. E repete, duas vezes o léxico "industrialização", para dar mais ênfase à sua defesa: "não foi apesar da industrialização, mas por causa dela".

O enunciador utiliza vários recursos intertextuais. No fragmento 001 cita Karl Marx e no fragmento 002 o livro "Os limites do crescimento", do Clube de Roma. No primeiro caso, utiliza Marx como um artifício para que saia de suas próprias palavras o que a instância enunciativa qualifica como a "farsa" do socialismo, que agora se traveste de ambientalismo. Aí é interessante notar que o discurso refletido é o do ambientalismo, que para a instância enunciativa, se refrata como socialismo. No segundo caso, a obra "Os limites do crescimento" é utilizada para mostrar que o discurso ambientalista dos anos 70, quando o livro foi lançado, tinha um tom catastrófico que não se confirmou, como mostra depois com dados no fragmento 003. Nesse caso, essas formações discursivas estão numa relação de conflito com o que o enunciador quer defender, numa arena de lutas cuja "vitória", no fragmento 003, é da ideologia capitalista.

Outro personagem combatido pela *Exame* em muitas de suas reportagens é o governo. Os fragmentos abaixo, retirados da Edição 817 de 12 de maio de 2004 ("O imposto verde") ilustra esse ponto:

(004) Na maior parte das vezes, o governo atravanca o crescimento econômico por omissão, pois deixa de fazer o que deve ser feito.[...] Mas há momentos em que a administração pública atrapalha o progresso não pela omissão, mas pela ação. [...] Hoje, por pressão de

grupos verdes e de alguns setores do governo, obras importantes para o crescimento do país estão paralisadas. É difícil mensurar o prejuízo provocado pela postura xiita.

A começar pelo título da reportagem, que contém ao mesmo tempo uma metáfora e uma metonímia: em primeiro lugar, há o léxico "imposto", que toma a parte pelo todo e no texto refere-se a toda a exigência dos órgãos ambientais do governo que, segundo o enunciador, atrapalham o "progresso". E em segundo lugar, temos o adjetivo "verde", utilizado duas vezes (no título e dentro do fragmento - grupos verdes), o que dá a essas exigências um sentido metafórico ligado ao meio ambiente, à natureza. Outro adjetivo utilizado no fragmento 004 acima é "xiita". Dessa forma, temos mais um sentido metafórico na crítica que o enunciador faz aos órgãos do governo ligados ao meio ambiente, ao chamá-los de extremistas.

Chama a atenção no fragmento também os léxicos "crescimento econômico" e "progresso". O percurso semântico é o da crítica a setores do governo contra o crescimento do país e à ideologia capitalista. Mas quais são as ações do governo que têm atrapalhado o progresso e o crescimento do Brasil? São vários os exemplos citados:

(005) Outro caso impressionante é a duplicação do trecho mais perigoso da rodovia Régis Bittencourt, que liga São Paulo a Curitiba. Para se adequar às exigências ambientais, o consórcio de empreiteiras alterou o traçado da estrada 11 vezes. [...]. Outro exemplo analisado por EXAME é a ação do Ministério Público sobre um terminal de soja construído pela Cargill no Porto de Santarém, no Pará. A obra, que ficou pronta graças a uma liminar, sofre pesada vigilância dos procuradores. Eles alegam que debaixo de onde foi construído o terminal existe um suposto cemitério indígena.

O fragmento 005 explicita diversos personagens, como as empresas Cargill e o consórcio de empreiteiras, por um lado, e o Ministério Público, de outro, que estão em lados opostos da questão. O trecho mostra que a ação dos procuradores do Ministério Público é exagerada, e o pressuposto subentendido (pelo léxico "suposto") é que o cemitério indígena nem deva existir - e mesmo que exista, é de menor importância, em comparação com os benefícios que o terminal de soja pode trazer.

Em muitas outras reportagens, o tom das críticas ao personagem "governo" ou "Estado", por suas ações ou omissões são relatadas. Na Edição 905 de 19 de outubro de 2007, em uma reportagem referenciada intitulada "A inversão de papéis", a instância enunciativa vê com

maus olhos o fato das empresas de estarem tomando para si a responsabilidade do que teria que ser do governo.

Além do governo, algumas ONGs são alvo das críticas da instância enunciativa. A mais citada, por conta de suas ações consideradas extremadas é a *Greenpeace*, como mostra a reportagem de capa "ONGs: os novos inimigos do capitalismo" (Edição 879, de 05 de outubro de 2006):

(006) Os ativistas na defesa do meio ambiente iniciaram, nos últimos meses, um novo ciclo de espalhafatosas ações de protesto contra as grandes empresas. Em maio, uma das maiores organizações não-governamentais (ONGs) do mundo, o *Greenpeace*, espalhou dezenas de ativistas fantasiados de frango em 30 lanchonetes do McDonald's na Inglaterra e na Alemanha, enquanto outras pessoas distribuía cartazes com o personagem Ronald McDonald segurando uma motosserra.

(007) Nos últimos meses, a proliferação de protestos e a crescente preocupação ambiental colocaram o Brasil no centro de uma ruidosa batalha entre milhares de ONGs das mais variadas estirpes e um número crescente de empresas que atuam no país. [...] O estopim do movimento foi um relatório em que o *Greenpeace* acusa os fazendeiros de serem os novos vilões do desmatamento da Amazônia.

Como mostram os fragmentos 006 e 007 a responsabilização da *Greenpeace* pelo enunciador é direto e explícito. Nos dois fragmentos, ele acusa essa ONG de ser a responsável pelo início de movimentos de protestos contra várias empresas, seja no Brasil ou fora dele. A acusação, de que as ONGs vão contra a formação ideológica pregada pela *Exame* tem início no próprio título da matéria: "os novos inimigos do capitalismo". Nesse caso, para a defesa da ideologia capitalista, a instância enunciativa interage, de forma conflituosa, com a formação discursiva de ONGs como a *Greenpeace*, que segundo a revista, possuem ações exageradas, como mostra o adjetivo "espalhafatosas".

Mas qual é a formação discursiva de uma ONG como a *Greenpeace*, que está sendo combatida pelo discurso da instância enunciativa? Os fragmentos a seguir nos dão a resposta:

(008) Em qualquer época da história, sempre há quem se oponha às mudanças e ao desenvolvimento. Desde o advento do capitalismo, a categoria de inimigos do sistema já foi preenchida por vários personagens - ludistas, anarquistas, comunistas, socialistas. Hoje, os militantes das ONGs mais radicais são os que melhor cumprem esse papel. Segundo a nova ideologia, o mundo de hoje seria dominado por gigantescas corporações interessadas em ganhar muito dinheiro à custa da saúde das pessoas e do planeta. Caberia às ONGs o heroico papel de combatê-las. Nessa luta, é preciso abalar os pilares do sistema capitalista - as

empresas, os organismos multinacionais, os governos - com todas as armas que tiverem à mão. Pode ser vestindo-se de frango.

O fragmento mostra o combate da instância enunciativa à formação discursiva das ONGs, que ela considera como sendo de oposição ao desenvolvimento. Repete-se o mesmo processo de refletir e refratar os discursos, já analisados em momentos anteriores: ela reflete linguisticamente as ações dos ambientalistas do modo como elas foram socialmente estabelecidas, ou seja, como radicais, e ao mesmo tempo inicia a estratégia discursiva de ressignificar (refratar) essas ações, dando-lhes um sentido novo, em que elas não são apenas radicais, mas carregam consigo um caráter ideológico que deve ser combatido, pois é anticapitalista, comparando-se não apenas com os socialistas, mas com comunistas, ludistas, anarquistas.

Notamos, por todos os fragmentos discursivos apresentados até aqui, que as críticas da *Exame* à sustentabilidade se dão justamente quando ela percebe ações que vão contra aquilo que, enquanto instância enunciativa, ela prega. Sua posição é de que nada pode se opor ao crescimento econômico e ao capitalismo, de modo que quando se vê diante de outras formações ideológicas que tenham uma postura diferente, o seu tom é sempre de crítica.

Enfim, essas são algumas das reportagens que ilustram os discursos veiculados pela revista *Exame* que fazem críticas à sustentabilidade. Muitas dessas críticas ocorrem justamente por se tratar de personagens que, de certa forma, propagam aspectos ideológicos combatidos pela revista, que, em suas condições de produção e para quem dirige seus enunciados, não poderia ter uma postura diferente.

#### **4.2 Trabalhando em prol da sustentabilidade.**

Como terminamos o item anterior falando em ONGs, iniciaremos esta seção continuando a discussão sobre elas. Nem todas as reportagens da revista *Exame* são combativas ou críticas em relação à atuação das ONGs. Uma das mais citadas, com tom positivo, é a *Conservation International*:

(009) Você provavelmente nunca ouviu falar de Gustavo Fonseca, zoólogo mineiro de 41 anos com essa estampa de sujeito pacato aí na foto. Mas Michael Eisner, presidente da Disney, William Ford, presidente mundial da

Ford e Henry Moore, ex-presidente da Intel, sabem muito bem quem ele é. Moore acaba de lhe colocar nas mãos a nada desprezível quantia de 35 milhões de dólares. Os três superexecutivos americanos são conselheiros da Conservation International, uma organização não-governamental com sede em Washington, para onde Fonseca acaba de se mudar.

O fragmento 009, retirado da reportagem "O homem do dedo verde" (Edição 693 de 28 de julho de 1999) deixa bem claro o motivo da simpatia da *Exame* pela *Conservation International* (CI): o fato de personagens como o presidente da Disney, o presidente da Ford e o ex-presidente da Intel serem conselheiros dessa ONG. Isso significa que, ao contrário de outras ONGs consideradas mais radicais, esta carrega um discurso ideológico que se coaduna com a da revista. O fragmento 010 corrobora isso:

(010) "Nós nunca fomos combativos. Não somos o Greenpeace", diz o ambientalista. A CI busca alternativas para propiciar o desenvolvimento sustentável, que busca chegar a acordos por meio de negociação.

Por esse fragmento, fica explicitado o tom de simpatia da revista em todos os momentos em que cita esta ONG. Ela não é combativa, ela não é a *Greenpeace*. Além disso, ela busca propiciar o "desenvolvimento sustentável". A seleção lexical "desenvolvimento sustentável", ao invés de sustentabilidade, tem uma explicação justificada pela localização temporal da reportagem: ela é de 28 de julho de 1999, tempo em que ainda não se usava tanto o termo sustentabilidade. O tom da reportagem é o da defesa das empresas investirem na causa ambiental, amparadas, logicamente, por ONGs como a CI:

(011) A maior parte do empresariado brasileiro ainda enxerga a causa ambiental com uma postura defensiva. [...] Eles ainda não perceberam que uma ação ambiental pode beneficiar o desempenho da empresa, melhorar os níveis de eficiência e ajudá-la a ganhar mercado.

Nesse fragmento fica clara a estratégia discursiva de funcionalizar o que a instância enunciativa chama de causa ambiental: ela pode ajudar a melhorar as empresas a ganharem mercado, pois

(012) O meio ambiente é uma interface poderosa entre a empresa e seus consumidores. Trata-se de uma estratégia de marketing que agrega valor. E vai além. Em muitos países da Europa e nos Estados Unidos, ser uma empresa que defende o meio ambiente ajuda a derrubar barreiras comerciais. A Ford mundial, por exemplo, busca um retorno da imagem por suas ações ambientais. [...] É a Conservation International que gerencia as ações da Ford para o meio ambiente no mundo.

O fragmento 012, ao mostrar que a causa ambiental "derruba barreiras comerciais", dá retorno à "imagem" das empresas, "agrega valor" e faz a "interface" entre as empresas e seus consumidores mostra a defesa da instância enunciativa a uma formação discursiva de mostrar o quanto mitos racionalizados tem influência nas ações organizacionais. É aquilo que autores como Greenwood *et al.* (2002) discorrem sobre as influências das redes e do contexto institucional nas estruturas das organizações. Ao se utilizar de personagens como grandes empresas como a Disney, a Ford e a Intel (fragmento 009), que se aliaram a uma ONG para melhorar sua imagem institucional, é porque isso provavelmente estava virando uma tendência naquele momento.

Além dessa reportagem, em muitas outras a *Exame* fala da necessidade das empresas se aliarem às ONGs para ganharem pontos junto aos seus consumidores, sempre num tom de conciliação. Por exemplo, na Edição 977 de 06 de outubro de 2010, em nota intitulada "Vilão lá fora, mocinho aqui?", em que discute a devastação de florestas tropicais do sul da Ásia por conta da exploração do óleo de palma, a reportagem diz que no Brasil a situação pode ser diferente, se o país fizer um manejo sustentável.

Essas reportagens mostram que o tom no discurso da *Exame* em relação à sustentabilidade é bastante diferente das que foram apresentados na seção anterior. Esse movimento, com discursos mais em prol da sustentabilidade, começou por volta de 2003, com a reportagem "O esperanto da sustentabilidade" (Edição 794, de 11 de junho de 2003). Essa reportagem resgata muito das ideias de Elkington (2012), que acabaram se transformando nas bases para a ação das empresas e uma forma delas se legitimarem no campo pela adoção de práticas consideradas corretas pela sociedade em geral.

Cabe aqui abrimos um breve parênteses para falarmos um pouco a respeito de John Elkington para entendermos o seu papel nesse contexto. Ele é um consultor inglês, fundador e um dos diretores da empresa de consultoria SustainAbility, fundada em 1987. No seu livro mais famoso, "Sustentabilidade - canibais com garfo e faca" (título original, em inglês: *Cannibals with forks - the triple botton line of 21st century business*), que foi publicado pela primeira vez em 1997, o autor diz que inventou um termo para popularizar a ideia de criação de um valor multidimensional, que seria "Pessoas, Planeta & Lucros". Segundo ele próprio, esse termo se espalhou amplamente. Além disso, diz que "novas organizações e iniciativas foram encontradas nos princípios da linha dos três pilares, entre eles, os Índices de

Sustentabilidade da *Dow Jones*, a Iniciativa de Relatório Global e a TBL Internacional" (Elkington, 2012, p. 20). Ou seja, para ele, todos esses indicadores de sustentabilidade, legitimados hoje no meio empresarial, tiveram por base a sua obra.

A grande vantagem da obra de Elkington (2012) foi ter transformado o discurso institucional da ONU em indicadores que dão materialidade para que as empresas possam caminhar sob novos valores que a sociedade estava abraçando. Afinal, com o aquecimento global sendo cada vez mais discutido, era impossível continuar isento às práticas incorretas de muitas indústrias mundo afora. Assim, a reportagem se inicia com o seguinte fragmento:

(013) Em 2002, 135 companhias comprometidas com os conceitos de sustentabilidade usaram os indicadores do Global Reporting Initiative (GRI) para elaborar seus relatórios anuais. Nos primeiros cinco meses deste ano, o número de empresas que usam esse método chegou a 253, em 26 países. Até 2005, elas deverão ser 600, entre as quais dezenas de companhias brasileiras. O GRI está virando uma espécie de esperanto, a língua franca da sustentabilidade.

O fragmento 013, ao comparar a sustentabilidade com o esperanto, a língua franca internacional cujo objetivo é que seja falada no mundo todo, dá a ideia da mensagem emitida pela instância enunciativa: a de que a sustentabilidade seja uma prática global. No fragmento isso já está acontecendo, pois colocando em números (135 empresas em 2002, 253 em 2003 e até 600 em 2005), a reportagem mostra o quanto é crescente as empresas que abraçaram esse indicador (GRI). O GRI é uma decorrência do *Triple Bottom Line* - TBL (Elkington, 2012, p. 20), e os números apresentados na reportagem mostram uma espécie de isomorfismo na postura dessas empresas, que acabam por executar muitas das práticas pregadas por Elkington (2012) em seu livro:

(014) "O GRI é uma ferramenta de gestão e de divulgação de resultados", diz Renato Duque, diretor de serviços da Petrobras. "Além disso, induz a empresa a adotar práticas e processos". [...] O GRI oferece um padrão global de comparação que beneficia sobretudo quem atua no mercado internacional.

Pelo fragmento 014, ao fazer uso da fala de um diretor da Petrobras, uma das quatro empresas brasileiras que se utilizavam do GRI à época da reportagem, a seleção lexical "ferramenta de gestão" indica a transformação do conceito de sustentabilidade em um instrumento para dar resultados. Esses resultados são no sentido de mudar "práticas e processos", principalmente para empresas que querem atuar no "mercado internacional". Não só essa reportagem, mas diversas outras falam da adesão das empresas à GRI (Edição 937 de 25 de fevereiro de 2009) ou outros indicadores, como o Índice de Sustentabilidade *Dow Jones* (Edição 833 de 03 de novembro de 2004; Edição 908, de 03 de dezembro de 2007).

O que se nota, pela análise realizada, é que o percurso semântico de muitas das reportagens publicadas pela *Exame* desde então, é no sentido de conciliar preservação ambiental e justiça social com crescimento econômico. Os motivos para essa mudança discursiva pode ser vista na reportagem "O desafio de nossos tempos" (Edição 907 de 29 de novembro de 2007):

(015) A ameaça do aquecimento global deu ao termo *globalização um novo sentido, que vai muito além da integração dos mercados financeiros e da expansão internacional dos negócios. Trata-se de um senso compartilhado de responsabilidade perante o planeta. Já não há dúvidas sobre o que está em jogo. O novo relatório da ONU sobre o tema, divulgado em novembro, foi o mais contundente de todos: as mudanças climáticas já começaram. [...] Os primeiros sinais são inequívocos e, segundo os cientistas, podem ter impactos abruptos e irreversíveis. Questionar a ciência não é uma alternativa.*

Chama a atenção, nesse fragmento a aceitação de que os problemas climáticos existem de verdade ("já não há dúvidas"). Novamente o interdiscurso da ONU é utilizado pela revista para dar legitimidade à ideia defendida, o mesmo acontecendo com o interdiscurso da ciência. A difusão dessas verdades estão em vários exemplos de reportagens e notas, e cada vez mais a *Exame* começa a dar ênfase a ações empresariais em prol da sustentabilidade. A quantidade de reportagens e notas que discutem o tema - em sua maioria num tom conciliatório -, aumentou de forma visível. Para se ter uma ideia, até o ano de 2002 foram coletadas apenas quatorze reportagens que discutiam direta ou indiretamente sustentabilidade, e a partir de 2003 esse número foi aumentando gradativamente, até que em 2008 teve início uma seção fixa da revista intitulada "Sustentabilidade". Isso mostra a importância que o enunciador passou a dar para o tema, apresentando exemplos de empresas, nacionais ou internacionais, em suas ações para serem cada vez mais sustentáveis.

## **5 A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA SUSTENTABILIDADE PELA REVISTA *EXAME***

A Teoria Neoinstitucional trabalha com um conceito que lhe é muito caro, que é o de campo organizacional (DiMaggio & Powell, 1983). A mídia de negócios, sem dúvida, faz parte desse campo. A revista *Exame* propicia a interação entre empresários e executivos a partir de uma ótica particular de funcionamento do mundo. Na visão institucionalista de Scott (1991), significa que elementos simbólicos, como valores e crenças compartilhados são capazes de



afetar estruturas e práticas organizacionais, porque aquilo que está sendo compartilhado faz sentido para quem está ouvindo.

A estratégia discursiva da *Exame* para compartilhar esses valores e crenças foi visualizada na análise realizada. Embora a análise temporal tenha sido bastante longa (vinte anos), o que pudemos perceber é que os discursos e os personagens acabavam se repetindo. Assim é que, nas revistas pesquisadas, não visualizamos tantos significados diferentes para o termo sustentabilidade. Vimos dois: aquele que critica a sustentabilidade e o outro que defende ações em prol da sustentabilidade. Porém, se olharmos bem profundamente, notaremos que esses dois significados não são tão diferentes entre si, pois eles defendem a mesma formação ideológica: a da defesa do capitalismo, do crescimento econômico e da sobrevivência das empresas no momento sócio-histórico em que estão vivendo. Mas por que, num determinado momento sócio-histórico, sustentabilidade foi combatida pela *Exame* e num outro momento essa ideia passou a ser defendida?

Se explicarmos esse fato pela análise de discurso da linha francesa, diríamos que a questão diz respeito ao efeito de sentido. Todo discurso só faz sentido para quem o produz e para quem o ouve, porque de certa forma, ele já faz sentido para ambos. Nos dizeres de Pêcheux (2010) o orador experimenta, de certa maneira, o lugar de ouvinte, a partir de seu próprio lugar de orador, tentando prever que sentido ele produz no outro.

Se utilizarmos a Teoria Neoinstitucional como uma lente para entendermos isso, notaremos que esse efeito de sentido diz respeito à institucionalização das ideias de sustentabilidade. Num primeiro momento, a preservação do meio ambiente e tudo o que estava a ela relacionado, não era um valor institucionalizado pela sociedade de forma geral. O efeito de sentido que trazia era o do estranhamento. Jepperson (1991) diz que uma instituição é algo ativado pela repetição e construído e controlado socialmente. É um padrão de representação de ordem social gerado a partir da interação social, variando conforme seus atores e as relações entre si.

Levando esse entendimento para o âmbito da sustentabilidade, há vinte anos atrás se falava bem menos dos problemas ambientais do que hoje. Na realidade, grande parte desses problemas não era levada a público e a defesa do meio ambiente era realizada por poucas organizações consideradas bastante radicais (como a *Greenpeace*). Os defensores da ecologia,

na época, tinham uma visão basicamente biocêntrica, o que é uma visão profundamente questionadora do *status quo*.

As reportagens iniciais de *Exame* mostram esse fato. ONGs em defesa do meio ambiente ou mesmo o Estado, quando na mesma situação, eram alvo de inúmeras críticas do enunciador. Nessas reportagens, fica claro que para a instância enunciativa, a formação discursiva dessas ONGs ia em direção diametralmente oposta da sua, e portanto, deveria ser combatida. A lógica institucional do capitalismo, que é a acumulação (Friedland & Alford, 1991), para o enunciador estava em perigo, e por isso o tom das reportagens era sempre agressivo em relação a esses atores. A ideologia capitalista estava sendo politicamente defendida pela *Exame* naquele momento.

Mais ou menos dez anos após a Rio 92, as enunciações de *Exame* mudam de foco. Passam a ser mais tolerantes, e inclusive defendendo os valores da sustentabilidade pelas empresas. O que pode ter mudado desde então? Duas questões importantes, no mínimo, em relação a isso merecem ser ressaltadas: em primeiro lugar, já não havia mais dúvidas de que os problemas climáticos decorrentes do aquecimento global eram uma "verdade". Essa verdade, publicada na imprensa do mundo todo, e inclusive na da instância enunciativa, foi corroborada pela ONU e, mais importante, por diversos cientistas. Como afirmam Sahlin e Wedlin (2008), a ciência é uma instituição extremamente legitimada, e pela interação social e pela repetição de práticas e verdades aceitas, de certa forma ela molda a realidade. Em segundo lugar, e em consequência dessa primeira questão, os valores da sociedade também mudaram, e ela passou a apreciar muito mais ações que mostrassem consideração pelo planeta. A própria instância enunciativa, em várias de suas reportagens e notas explicita que empresas que não se preocuparem com as condições sociais e ambientais do seu entorno encontrarão muitas dificuldades para se legitimarem perante seu mercado.

Não podemos nos esquecer que, nesse ínterim, um personagem foi bastante importante para a mudança de posicionamento da *Exame*. A publicação da obra de Elkington (2012), que de certa forma influenciou muito o mundo dos negócios, por ter dado ao termo "sustentabilidade" um tom muito mais pragmático e instrumental.

O que podemos notar é que todos esses fatores fizeram o significado enunciado de sustentabilidade por parte de *Exame* se modificar. Os valores carregados - a defesa do capitalismo, por exemplo - não se alterou, mas as formas de agir em cima desse valor é que

foram se alterando. Se *Exame* não tivesse alterado sua estratégia discursiva, sua relação com seu leitor ideal e a sociedade poderia ficar comprometida por ela estar "navegando contra a maré", e com certeza ela perderia o espaço que tinha junto ao público que representa. Falar em defesa da sustentabilidade já não causava estranhamento por parte de seu público leitor. O efeito de sentido aqui já era o de cumplicidade com o discurso maior, de valorização das causas sociais e ambientais.

De certa forma, a ideia de sustentabilidade passou pelo processo de teorização, tradução e edição discutido por autores como Greenwood e outros (2002), Sahlin e Wedlin (2008) e Hardy e Maguire (2008). A teorização foi o interdiscurso que ocorreu alheio à vontade de *Exame*, ou seja, foi feita por uma instituição externa, legitimada pela sociedade, que é a ciência e suas pesquisas sobre aquecimento global. As pressões sociais advindas por causa dessa teorização precipitaram mudanças no foco da revista. Nesse ponto é que ocorre a tradução do que estava acontecendo por parte da revista. Nos dizeres de Greenwood *et al.* (2002), ela deveria mostrar o porquê abandonara a antiga posição (de combate à ideia de sustentabilidade) e justificar a adoção de uma nova (a reportagem "O esperanto da sustentabilidade e outras que a seguiram faz esse papel). Na época, ela já tinha como outra voz a obra de Elkington (2012), o que deu legitimidade moral e pragmática para justificar nova postura. Depois de teorizada e traduzida, enfim, editada, a nova "verdade" foi difundida.

Finalmente, cabe dizer que fica clara a tentativa da instância enunciativa de ocupar o papel daquele que espalha boas práticas de sustentabilidade no campo organizacional. Meyer e Rowan (1977) dizem que as organizações são levadas a incorporar práticas definidas como desejáveis pela sociedade. A divulgação dessas práticas por *Exame* faz com que haja a percepção generalizada de que certas ações são apropriadas para determinado sistema socialmente construído de normas e crenças, havendo então o isomorfismo, principalmente do tipo cognitivo e mimético.

## 6 À GUIA DE CONCLUSÃO

Percebemos, por meio desta investigação, que a institucionalização da sustentabilidade realizada pela revista *Exame* no Brasil passou por dois significados distintos: ela passou de uma postura combativa para outra exatamente contrária, de defensora das causas sustentáveis.

Na realidade, o que a literatura institucionalista nos mostra é que ela acabou traduzindo, editando e difundindo uma situação que já estava sendo teorizada por uma instância superior a ela, para proteger seu próprio espaço de poder naquele campo.

Desta maneira, é importante enfatizarmos o papel dessas forças externas à instância enunciativa que participaram dessa mudança discursiva. Em primeiro lugar, precisamos ressaltar o interdiscurso da ciência, que é uma instituição muitíssimo eficaz em seu papel de ditar regras no mundo moderno e que passou a divulgar os problemas ambientais causados pelo aquecimento global. Como efeito dessa propagação, a sociedade passou a dar muito mais importância a ações de preservação ambiental e de proteção ao bem estar social. Além desses dois fatores, outros personagens, mesmo dentro da literatura organizacional, passaram a anunciar a importância da sustentabilidade, como aconteceu com o livro de Elkington (2012).

Com isso, a instância enunciativa não poderia ficar à margem de um movimento que já estava acontecendo. Seu discurso não poderia mais ser tão combativo em relação à sustentabilidade, uma vez que sustentabilidade agora era uma coisa boa e importante. Mudar o tom foi apenas a estratégia discursiva da *Exame* para continuar legitimada como porta-voz das boas práticas empresariais no campo organizacional em que se situa. Nesse sentido, os aspectos ideológicos defendidos por ela não mudaram. O lugar de onde ela fala e para quem ela fala não mudaram. Se antes, *Exame* criticava o conceito de sustentabilidade, é porque esse conceito poderia ser interpretado como contrário aos aspectos ideológicos defendidos por ela. E se hoje *Exame* defende as ações de sustentabilidade, é porque elas são executadas por quem se coaduna com os aspectos ideológicos por ela defendidos. Nesse sentido, seu discurso em torno da sustentabilidade sempre foi extremamente coerente, uma vez que a revista jamais deixou de defender o discurso hegemônico do capitalismo.

## REFERÊNCIAS

Almeida, J. (1997). A problemática do desenvolvimento sustentável. In: BECKER, D. F. (org). *Desenvolvimento sustentável: necessidade e/ou possibilidade?*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, p. 17-26.

Brandão, H. N. (2012). Enunciação e construção do sentido. In: FIGARO, R. (org.). *Comunicação e análise de discurso*. São Paulo: Contexto, p. 19-43.

CMMA - Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente (1991). *Nosso futuro comum*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

DiMaggio, P. J.; Powell, W. W. (1983). The iron cage revisited: institutional isomorphism and collective reality in organizational fields. *American Sociological Review*, v. 48, p. 147-160.

Diniz, A. P. R. (2012). *Mulheres gerenciáveis? uma análise dos discursos sobre as mulheres na revista Exame*. 2012. 146 p. Dissertação de Mestrado em Administração. Universidade Federal de Minas Gerais, Centro de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração.

Elkington, J. (2012). *Sustentabilidade: canibais com garfo e faca*. São Paulo: M. Books do Brasil.

Fergus, A. H. T.; Roney, J. I. A. (2005). Sustainable development: epistemological frameworks & an ethic of choice. *Journal of Business Ethics*, 57, p. 197-207

Friedland, R.; Alford, R. R. (1991). Bringing society back in: symbols, practices and institutional contradictions. In: Powell, W. W.; DiMaggio, P. J. *The new institutionalism in organizational analysis*. Chicago: The University of Chicago Press, 1991. p. 232-263.

Gladwin, T. N.; Kennelly, J. J.; Krause, T. (1995). Shifting paradigms for sustainable development: implications for management theory and research. *Academy of Management Review*, v. 20, n. 4, Oct., p. 874-907.

Greenwood, R.; Suddaby, R.; Hinings, C. R. (2002). Theorizing change: the role of professional associations in the transformation of institutionalized fields. *Academy of Management*, vol. 45, n. 1, p. 58-80.

Greenwood, R.; Oliver, C.; Sahlin K.; Suddaby, R. (2008). Introduction. In: Greenwood, R.; Oliver, C.; Sahlin K.; Suddaby, R. (eds). *Handbook of Organizational Institutionalism*. London: Sage, p. 1-46.

Hardy, C.; Maguire, S. (2008). Institutional entrepreneurship. In: Greenwood, R.; Oliver, C.; Sahlin K.; Suddaby, R. (eds). *Handbook of Organizational Institutionalism*. London: Sage, p. 198-217.

Jepperson, R. (1991). Institutions, institutional effects, and institutionalism. In: Powell, W. W.; DiMaggio, P. J. *The new institutionalism in organizational analysis*. Chicago: The University of Chicago Press, p. 143-163.

Mebratu, D. (1998). Sustainability and sustainable development: historical and conceptual review. *Environ Impact Asses Rev*, 18, p. 493-520.

Meyer, J. W.; Rowan, B. (1977). Institutional organizations: formal structure as myth and ceremony. *American Journal of Sociology*, v. 83, n. 2, p. 340-363.

Pêcheux, M. (2010). Análise automática do discurso. In: Gadet, F.; Hak, T. (orgs). *Por uma análise automática do discurso – uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora da UNICAMP, p. 59-158.

Pesqueux, Y. Sustainable development: a vague and ambiguous "theory". *Society and Business Review*, vol. 4, n. 3, 2009, p. 231-245.

Sahlin, K; Wedlin, L. (2008). Circulating ideas: imitation, translation and editing. In: Greenwood, R.; Oliver, C.; Sahlin K.; Suddaby, R. (eds). *Handbook of Organizational Institutionalism*. London: Sage, p. 218-242.

Scott, W. R. (1991). Unpacking institutional arguments. In: POWELL, W. W.; DIMAGGIO, P. J. *The new institutionalism in organizational analysis*. Chicago: The University of Chicago Press, p.164-182.

Scott, W. R. (2001). *Institutions and organizations*. Thousand Oaks: Sage.

Zilber, T. B. (2008). The work of meanings in institutional processes and thinking. Greenwood, R.; Oliver, C.; Sahlin K.; Suddaby, R. (eds). *Handbook of Organizational Institutionalism*. London: Sage p. 151-169

---

<sup>1</sup> Elisa Yoshie Ichikawa. Universidade Estadual de Maringá, Brasil e-mail: [eyichikawa@uem.br](mailto:eyichikawa@uem.br) Alexandre de Pádua Carrieri Universidade Federal de Minas Gerais Brasil e-mail: alexandre@face.ufmg.br